



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL  
CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS  
**92ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

1 A nonagésima segunda reunião ordinária do Conselho de Recursos Hídricos do Rio Grande  
2 do Sul teve lugar no auditório da Secretaria do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável,  
3 Avenida Borges de Medeiros, nº 261, 15º andar – Porto Alegre – RS, no décimo terceiro dia  
4 do mês de Setembro do ano de dois mil e dezessete, às quatorze horas. **Conselheiros**  
5 **Presentes:** **Maria Patrícia Möllmann** – SEMA – Presidência; **Nelson Pereira Stuart** – SOP  
6 – Representante; **Júlio Cesar da Silva** – SEAPI – Representante; **Reinaldo Gambin** –  
7 Secretaria dos Transportes – Representante; **Margareth Vasata** – SPGG – Representante;  
8 **Luis Feijó** – Secretaria da Saúde – Representante; **Valquíria Chaves** – Secretaria de Minas  
9 e Energia – Representante; **Carlos Alberto Andrade** – SDECT – Representante; **Mirela**  
10 **Garaventa** – Sistema Nacional de Recursos Hídricos – Representante; **Ricardo Núncio** –  
11 SDR – Representante; **Maj QOEM Alberto Becker** – SSP – Representante; **Verônica Della**  
12 **Mea** – Comitê Baixo Jacuí - Titular; **Paulo Roberto Cervi** – Comitê Alto Jacuí – Titular;  
13 **Alexandre Swarowsky** – Comitê Vacacaí – Suplente; **Roberto Carvalho** – Comitê Santa  
14 Maria – Titular; **Claudir Luiz Alves** – Comitê Passo Fundo – Titular; **Adilson Steffen** –  
15 Comitê Turvo – Suplente; **Leonila Ramos** – Comitê Mampituba – Titular; **Leda Famer** –  
16 Comitê Litoral Médio – Titular. **Demais Presentes:** **Mario Damé** – Comitê Camaquã; **Ivan**  
17 **Carlos Viana** – Comitê Várzea; **Maria Cristina Vieira** – Comitê Negro; **Ana Lúcia Cruz** –  
18 SINDIÁGUARS; **Eduardo Condorelli** – FARSUL; **Eldo Costa** – Comitê Santa Maria; **Kelli**  
19 **Nascimento Andrade** – Comitê Lago Guaíba; **Paulo Germano** – Comitê Lago Guaíba;  
20 **Adolfo Klein** – Comitê Sinos; **Ana Elizabeth Carara** – Comitê Lago Guaíba; **Fernando**  
21 **Meirelles** – DRH/SEMA; **Gabriel Frota** – CRH/SEMA; **Kely Boscatto Pereira** –  
22 CRH/SEMA; **Carmem Silva** – CRH/SEMA. A Presidente **Maria Patrícia** dá início à reunião  
23 colocando que há duas inserções a ser feitas na ordem do dia. Uma delas é uma resolução  
24 referente à substituição da secretaria executiva adjunta do FRH, e a segunda inclusão é o  
25 relato sobre a iniciativa da RegionsAdapt. Após as inserções, **Maria Patrícia** abre as  
26 comunicações colocando que há uma proposta de antecipar a reunião do CRH, agendada  
27 para 08/11, para o dia 25/10, por conta do Congresso Nacional que será realizado na data  
28 de 08/11. Outro item das comunicações é quanto à elaboração do termo de referência para  
29 poços de pequenos diâmetros. **Carlos**, da DIOUT, coloca que a discussão já saiu do Grupo  
30 de Trabalho e já foi aprovada pela Câmara Técnica, porém esta em ajustes finais para na  
31 reunião de Outubro ser apreciada pelo CRH. A Presidente **Maria Patrícia** passa então para  
32 os relatos das câmaras técnicas de gestão das regiões hidrográficas. **Paulo Germano**,  
33 representante da Câmara Técnica de Gestão da Região Hidrográfica do Guaíba dá início  
34 aos relatos. Faz breve relato dos assuntos abordados na reunião e coloca que houve dois  
35 assuntos preponderantes. Primeiro a questão de como os enquadramentos dos corpos  
36 hídricos está sendo utilizado no processo de licenciamento e, o segundo assunto foi uma  
37 pesquisa que aponta que há uma grande parte da poluição do Rio dos Sinos que é de  
38 origem difusa, ou seja, não se tem conhecimento específico da origem da poluição. **Leda**  
39 **Famer**, representante da Câmara Técnica de Gestão da Região Hidrográfica do Litoral,  
40 coloca que na reunião da CTL houve a eleição da presidência da Câmara Técnica. Outra  
41 questão abordada foi quanto ao Comitê Gestor da Laguna dos Patos, que havia sido  
42 acordado um seminário para o mês de outubro. Cita que o seminário ainda não está  
43 confirmado por questões de incompatibilidade de datas. Coloca ainda que a CTL irá solicitar  
44 uma capacitação dos municípios junto aos comitês sobre a utilização do SIOUT. Após os  
45 relatos, a Presidente **Maria Patrícia** cita que a Câmara Técnica de Gestão da Região do  
46 Uruguai não se reuniu e, portanto, dá início à ordem do dia. **Item 1. Aprovação das atas:**  
47 **91ª Reunião Ordinária e 26ª Extraordinária do CRH/RS:** A Presidente **Maria**  
48 **Patrícia** questiona se há alguma alteração nas atas e, nada havendo a tratar, coloca  
49 ambas em regime de votação. **Aprovadas por unanimidade. Item 2. Relato da**  
50 **reunião no Ministério Público sobre a decisão judicial nº 1.08.0024483-7 e**  
51 **Proposta de Resolução CRH - concede prazo para regularização da captação**



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL  
CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS  
92ª REUNIÃO ORDINÁRIA

52 **de água subterrânea por poços e área urbana, mediante cadastrado no**  
53 **Sistema de Outorga de Água do Rio Grande do Sul – SIOUT:** A Presidente **Maria**  
54 **Patrícia** expõe que existe uma ação civil pública, ajuizada na comarca de Santa  
55 Maria, que transitou injulgado no ano de 2011, onde determinava que a SEMA  
56 fiscaliza-se todos os poços sem outorga em área urbana e que se fizesse a  
57 regularização ou tamponamento dos mesmos. Cita que, pelas regras vigentes, onde  
58 há rede pública não há possibilidade de se fazer tal regularização. Portanto se  
59 encaminhou uma proposta para a câmara técnica de águas subterrâneas de uma  
60 revisão de duas resoluções do CRH e, posteriormente, há a proposta de ajustar o  
61 decreto estadual, anterior ao sistema de recursos hídricos, que define critérios de  
62 outorga, o que seria competência do CRH. Coloca que foi elaborado um  
63 planejamento de visitas aos locais para realizar tal fiscalização, porém, o promotor  
64 autorizou que houvesse um prazo para a realização da regularização devido ao  
65 tamanho da tarefa. Portanto ficou acordado que seria levado ao CRH o prazo dado  
66 pelo promotor para cumprimento da ação judicial. Cita ainda que será apresentada  
67 ao Ministério Público uma proposta de cumprimento da ordem judicial. **Fernando**  
68 **Meirelles** coloca que há uma resolução do CRH em vigência que dá o prazo para  
69 cadastramento dos poços em área rural. Cita que a ideia é prorrogar o prazo da  
70 resolução relativa aos poços em área rural para que tenha o mesmo prazo da  
71 resolução proposta para o cadastramento dos poços em área urbana. Após alguns  
72 esclarecimentos e breve debate, a Presidente **Maria Patrícia** coloca a Resolução em  
73 regime de votação. **Aprovado por unanimidade. Item 3. Proposta da SEMA/Sala de**  
74 **Situação: alteração e definição de critérios de rede de monitoramento do Setor**  
75 **Elétrico:** **Fernando Meirelles** coloca que houve um trabalho conjunto da Sala de Situação  
76 da SEMA com a Divisão de Outorga e foram encontradas 192 estações automáticas cujos  
77 empreendimentos foram outorgados, porém, o DRH não está recebendo as informações  
78 dessas estações. Cita que uma grande parcela dessas estações já foi integrada a rede de  
79 monitoramento da SEMA, de maneira gratuita, porém ainda há um número considerável que  
80 ainda deve ser integrada. **Meirelles** cita que há uma resolução conjunta da ANA com a  
81 ANEEL, nº 03/2010, que define critérios e procedimentos para a instalação, operação e  
82 manutenção de estações hidrométricas. Porém, coloca que há um problema nesta  
83 resolução, pois ela não se preocupa com a alça de vazão reduzida, que é o trecho do rio  
84 que fica entre a barragem e a casa de forças. Cita que o monitoramento desta área não é de  
85 interesse para o setor elétrico, porém, interessa muito para o sistema de recursos hídricos,  
86 pois é um trecho com uma vazão muito pequena. Coloca que a ideia é o DRH fazer o papel  
87 prévio ao da ANA, que hoje é quem autoriza a localização das estações de monitoramento,  
88 propondo então que, nos rios de domínio do estado, o DRH possa definir a localização das  
89 estações. Cita também que, para as CGH's, a proposta é de substituir as estações  
90 fluviométricas, que é muito cara para as CGH's, e colocar uma estação pluviométrica  
91 automática em um município a montante da CGH visando um monitoramento para a  
92 prevenção de desastres. Quanto ao monitoramento sedimentológico, a ideia é colocar  
93 estações de monitoramento antes e depois dos reservatórios. Outro ponto que a resolução  
94 não aborda são as autorizações das curvas chaves, que a ideia é que venham para o DRH  
95 com relatórios anuais e, por último, colocar todas as estações dentro do site da ANA que,  
96 hoje, é uma obrigação para as PCH's, mas não para as CGH's. Portanto será elaborada  
97 uma minuta de resolução visando aumentar a confiabilidade da rede de monitoramento.  
98 **Fernando Meirelles** finaliza reforçando que será elaborado uma minuta de resolução para  
99 ser apreciada pelo CRH na próxima reunião. **Item 4. Iniciativa Regions Adapt:** **Fernando**  
100 **Meirelles** faz breve apresentação sobre a iniciativa, cita que na Cop21, realizada em Paris,  
101 em 2015, o Governo do Rio Grande do Sul foi convidado para participar de uma rede de



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL  
CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS  
**92ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

102 governos subnacionais que trabalham com questões relacionadas às mudanças climáticas.  
103 Cita que o estado aceitou o convite e, nas questões relacionadas a recursos hídricos, o Rio  
104 Grande do Sul assumiu a coordenação mundial. Expõe também que esta é uma rede em  
105 que os estados são convidados a participar e que há valores para a associação dos  
106 governos subnacionais e que, para o estado do Rio Grande do Sul, o valor estipulado para a  
107 adesão é de € 9.000,00 (R\$ 33.000,00), porém, não havendo a adesão, o estado pode  
108 continuar participando, mas não será convidado para alguns eventos da rede. Coloca que a  
109 próxima ação a ser realizada é a participação na Cop23, que será realizada em Bonn, na  
110 Alemanha. **Fernando Meirelles** solicita a aprovação do CRH na participação do Estado, e  
111 expõe que deseja que esta seja uma decisão de Estado e não de Gestão. Após alguns  
112 esclarecimentos, **Fernando Meirelles** finaliza a apresentação colocando que o assunto será  
113 debatido novamente na próxima reunião. **Item 5. Manifestação Conjunta Conselhos**  
114 **Estaduais de Recursos Hídricos dos Estados do RS e SC – Integração Institucional**  
115 **Bacia Mampituba:** A Presidente **Maria Patrícia** coloca que a ideia é que o CRH, com o  
116 texto já enviado, elabore uma recomendação para que possa encaminhar formalmente a  
117 proposta de integração institucional referente à bacia do rio Mampituba. **Fernando Meirelles**  
118 expõe que a ideia de elaborar tal recomendação é de fazer uma apresentação mais sólida  
119 para o CNRH de uma proposta de possibilidade de arranjo institucional para que pequenos  
120 rios de domínio da união tenham os seus comitês estaduais, com os mesmo se reunindo  
121 para fazer a gestão da calha do rio, ficando cada comitê responsável pela gestão de seu  
122 território, porém, a gestão da calha ser compartilhada. **Leonila Ramos**, presidente do  
123 Comitê Mampituba, faz uma breve explanação sobre a situação atual e coloca a  
124 necessidade da integração institucional para a gestão das águas do Rio Mampituba. Após  
125 breves manifestações, a Presidente **Maria Patrícia** coloca a moção em regime de votação.  
126 **Aprovado por Unanimidade. Item 6. Alteração Regimento Interno Comitê de**  
127 **Gerenciamento da Bacia Hidrográfica dos Rios Vacacaí e Vacacaí – Mirim: Alexandre**  
128 **Swarowsky**, Presidente do Comitê Vacacaí, expõe que a alteração a ser proposta é que o  
129 comitê tem o desejo de colocar um bolsista/estagiário para trabalhar no comitê, porém, o  
130 impeditivo é que não constava a possibilidade no regimento interno. Portanto, propõe-se  
131 esta alteração. A redação proposta foi a seguinte: **“O Comitê manterá uma Secretaria**  
132 **Executiva que será composta por um Secretário Executivo, e quantos auxiliares a diretoria**  
133 **resolver, com a finalidade de obter o apoio necessário ao desenvolvimento das atividades**  
134 **pertinentes”**. Coloca que há mais uma alteração proposta, citando que havia uma data  
135 específica para as eleições e posse da diretoria e que, portanto, foi proposta a exclusão  
136 deste parágrafo. A Presidente **Maria Patrícia** coloca que houve uma sugestão de que  
137 ficasse expresso o número de um (01) bolsista na redação do regimento interno para  
138 adequação à Ordem de Serviço da SEMA que rege os convênios e às exigências da CAGE.  
139 Cita ainda que o conselho não pode aprovar a resolução, pois ainda irá passar pela plenária  
140 do Comitê, portanto, fica a proposta de uma resolução ad referendum. **Item 7. Alteração**  
141 **Regimento Interno Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Alto Jacuí:**  
142 A Presidente **Maria Patrícia** coloca que o comitê alto jacuí teve seu regimento interno  
143 aprovado e publicado, porém não em forma de resolução. Coloca que foram feitas algumas  
144 alterações e foi formatado em modelo de resolução para haver a consolidação do mesmo.  
145 Não havendo nenhuma manifestação, a Presidente **Maria Patrícia** coloca então a proposta  
146 de regimento interno em regime de votação. **Aprovado por unanimidade. Item 8.**  
147 **Homologação do Processo Eleitoral Comitês de Bacias – Comitê Vacacai e Vacacaí –**  
148 **Mirim: Carmem Silva** expõe que na lista para homologação das entidades que irão compor  
149 o comitê, percebeu-se que houve entidades que se candidataram em duas vagas na mesma  
150 categoria, o que não é permitido. Portanto, constatando a necessidade de ajustes no  
151 processo eleitoral nas Categorias Abastecimento Sanitário e Esgotamento Sanitário onde  
152 três entidades ocuparam mais de uma vaga na mesma categoria, confrontando com a  
153 recente Resolução CRH 219/2017, decidiu-se por retirar este ponto de pauta para



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL  
CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS  
**92ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

154 construção de uma solução e após retornar à plenária do conselho. **Item 9. Composição**  
155 **das Câmaras Técnicas Permanentes do CRH/RS e Critérios de Outorga para Irrigação**  
156 **(Decreto Estadual 52.931/2016) – análise da norma pelo CRH para inserir em**  
157 **Resolução do Conselho:** A Presidente **Maria Patrícia** coloca que há uma proposta de  
158 elaborar uma resolução única do CRH com relação à composição das Câmaras Técnicas.  
159 Coloca que há também a proposta de criação de uma Câmara Técnica do CRH para tratar  
160 das questões da Outorga. Expõe que a ideia é aprovar ou não a criação da Câmara Técnica  
161 de Outorga e dar um prazo para as manifestações de interesse de participação. **Fernando**  
162 **Meirelles** coloca que está sendo finalizado o SIOUT e que cada comitê tem uma página,  
163 com acesso restrito, sobre os critérios de outorga, o que reforça a necessidade de uma  
164 câmara técnica relacionada ao assunto. Cita também que há o decreto de barragens que  
165 cita os critérios para dispensas de outorga, e que é utilizado pelo DRH os valores da lei de  
166 segurança de barragens e que está colocado em tal lei, em parágrafo único, que os comitês  
167 podem alterar esses valores, portanto, reforça a necessidade de um ambiente para  
168 discussão do assunto. A Presidente **Maria Patrícia** coloca então a criação da Câmara  
169 Técnica de Outorga em regime de votação. **Aprovado por unanimidade.** Ficou definida  
170 portanto a criação da Câmara Técnica e que a Sec. Executiva do CRH enviará consulta às  
171 Secretarias de Estado que compõem o CRH e ao Fórum Gaúcho de Comitês para  
172 manifestação de interesse de participação nas CT's. A resolução com a composição retorna  
173 na pauta da reunião ordinária do CRH no dia 25 de outubro. **Assuntos Gerais:** Diretor  
174 **Fernando Meirelles** informa que recebeu, na Secretaria Executiva do CRH, o Sr. Valdir  
175 Bündchen do Projeto Água Limpa que tem interesse em recuperar áreas da bacia  
176 hidrográfica do Guaíba como nascentes, mata ciliar e atividades de educação ambiental.  
177 Expõe que já procuraram o Comitê Alto Jacuí onde vão fazer um projeto para recuperação  
178 das nascentes no Jacuí no Município de Mato Castelhano. Nada havendo mais a tratar a  
179 reunião deu-se por encerrada. E eu, Carmem Lucia Silveira da Silva, Secretária Executiva  
180 Adjunta do CRH/RS.